

Horizontes Energia S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de
dezembro de 2024 com Relatório do
Auditor Independente**

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16
5. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	17
6. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	17
7. IMOBILIZADO	17
8. INTANGÍVEL	20
9. FORNECEDORES.....	21
10. PROVISÕES.....	21
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	22
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
13. RECEITA LÍQUIDA	24
14. CUSTOS E DESPESAS	25
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	26
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	29
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	31
19. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	35
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Horizontes Energia S.A. (“Companhia” ou “Horizontes”) submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$3.628 mil, dividido em 3.628.000 (três milhões, seiscentos e vinte e oito mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS**Resultado do exercício**

A Companhia obteve um resultado de R\$16.491 mil em 2024 em comparação ao resultado de R\$14.252 mil no exercício de 2023.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o Lajida foi de R\$21 mil (R\$13.718 mil em 2023) e a margem do Lajida foi de 53,08% no mesmo período (69,29% no exercício de 2023), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2024	2023	Var.%
Lucro líquido	16.491	14.252	15,71
Despesa com imposto de renda e contribuição social	7.516	2.226	237,65
Resultado Financeiro	(3.426)	(4.798)	(28,60)
Depreciação e amortização	419	2.038	(79,44)
LAJIDA	21.000	13.718	53,08

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita operacional

A receita bruta de energia elétrica foi de R\$3.583 mil no exercício de 2024, em comparação a R\$20.604 mil em 2023.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.281 mil em 2024, comparados a R\$8.118 mil no exercício de 2023. A variação ocorreu em pela diminuição dos custos com energia elétrica, serviços de terceiros, depreciação e materiais.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido de 2024 foi uma receita de R\$3.426 mil, em comparação a uma receita de R\$4.798 mil em 2023, impactado, principalmente, pela renda de aplicações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$7.516 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 31,31% em relação ao lucro de R\$24.007 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2023, a Companhia apurou o montante de R\$2.226 mil, representando 13,51% em relação ao lucro de R\$16.478 mil antes dos efeitos fiscais.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2025 que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$16.491 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$14.763 mil a título de dividendos intermediários pagos, contemplando o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$8.246 mil; e
- R\$1.728 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Horizontes manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.631	3.562
Títulos e Valores Mobiliários	4	5.805	7.228
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	-	1.908
Tributos Compensáveis	5	6	46
Outros ativos		-	3
		8.442	12.747
Ativos classificados como mantidos para venda	7	-	12.203
TOTAL DO CIRCULANTE		8.442	24.950
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	2.190	-
Tributos Compensáveis	5	306	213
Depósitos vinculados a litígios	6	3.054	2.842
Imobilizado	7	402	7.068
Intangível	8	-	75
Direito de Uso		298	397
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.250	10.595
ATIVO TOTAL		14.692	35.545

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	85	1.602
Impostos, taxas e contribuições	11	152	245
Imposto de renda e contribuição social	16	91	168
Convênio de compartilhamento	17	-	165
Dividendos a pagar	12	-	7.126
Passivo de arrendamento		41	47
Outras obrigações		13	179
TOTAL DO CIRCULANTE		382	9.532
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	11	583	583
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16	231	87
Passivo de arrendamento	18	281	365
Outras obrigações		7	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.102	1.035
TOTAL DO PASSIVO		1.484	10.567
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	3.628	10.000
Reserva de lucros		9.580	14.978
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.208	24.978
PASSIVO TOTAL		14.692	35.545

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	13	3.451	19.798
CUSTOS	14		
Custos com energia elétrica		(130)	(2.253)
Custos de operação		(961)	(5.275)
		(1.091)	(7.528)
LUCRO BRUTO		2.360	12.270
DESPESAS E OUTRAS RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	14	(65)	(298)
Outras despesas operacionais		(123)	(292)
Outras receitas		18.409	-
		18.221	(590)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		20.581	11.680
Receitas financeiras	15	3.456	4.826
Despesas financeiras	15	(30)	(28)
		3.426	4.798
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		24.007	16.478
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(7.371)	(3.388)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(145)	1.162
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.491	14.252
Resultado Básico e Diluído por Ação – R\$		4.545	1.425

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	16.491	14.252
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	16.491	14.252

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	39.258	7.852	6.713	-	53.823
Aprovação de dividendos adicionais propostos de 2022	-	-	(6.713)	-	(6.713)
Resultado do exercício	-	-	-	14.252	14.252
Redução de capital social	(29.258)	-	-	-	(29.258)
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	(7.126)	(7.126)
Dividendos adicionais propostos	-	-	7.126	(7.126)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10.000	7.852	7.126	-	24.978
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(7.126)	-	(7.126)
Resultado do exercício	-	-	-	16.491	16.491
Redução de capital social	(6.372)	-	-	-	(6.372)
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos intermediários	-	-	-	(14.763)	(14.763)
Dividendos adicionais propostos	-	-	1.728	(1.728)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.628	7.852	1.728	-	13.208

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	16.491	14.252
Ajustes por:		
Depreciação (Nota 14)	390	2.028
Amortização direito de uso (Nota 14)	29	10
Provisões	9	(980)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16)	7.516	2.226
Juros Passivo de Arrendamento (Nota 17)	24	15
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins (Nota 16)	(1)	(14)
Ganho na alienação de ativos (Nota 14)	(18.308)	-
Baixas Imobilizado (Nota 8)	(21)	735
Juros e variações monetárias	(3.068)	(4.001)
	3.061	14.271
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.899	2.482
Tributos Compensáveis (Nota 5)	(5.761)	(524)
Outros ativos	(209)	(471)
	(4.071)	1.487
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	(1.517)	(2.459)
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 11)	(93)	(60)
Convênio de compartilhamento (Nota 17)	(165)	-
Outras obrigações	(159)	473
	(1.934)	(2.046)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	(2.934)	13.712
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(1.740)	(1.931)
Juros Recebidos	2.393	3.793
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.291)	15.574
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(29.281)	(17.223)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários	29.189	44.128
Alienação de Ativos	30.511	-
Em Imobilizado (Nota 9)	-	(1.844)
Em Intangível (Nota 10)	-	(405)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	30.419	24.656
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos (Nota 12)	(29.015)	(13.426)
Arrendamentos pagos	(44)	(21)
Redução de Capital Social	-	(29.258)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(29.059)	(42.705)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(931)	(2.475)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	3.562	6.037
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.631	3.562

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Horizontes Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT” ou “Controladora”), constituída em 6 de abril de 2001, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a geração e comercialização de energia elétrica, na modalidade de produção independente, mediante a exploração de empreendimentos de geração que venham a ser adquiridos e/ou construídos com a participação da CEMIG, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Conforme comunicados ao mercado publicados em 17 de março de 2023 e 10 de agosto de 2023, a Cemig Geração e Transmissão S.A. e a Horizontes Energia S.A. realizaram leilão para alienação de 15 (quinze) PCHs/CGHs em 10 de agosto de 2023. Destaca-se que 3 (três) ativos pertencem à Horizontes Energia S.A: Salto Voltão, Salto Passo Velho e Salto Paraopeba. A alienação visou atender às diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

Em 10/01/2024, por meio do Despacho nº 062/2024, a Aneel transferiu as autorizações das PCHs Salto Voltão, Salto do Passo Velho e Salto Paraopeba da Horizontes Energia para a Mang Participações e Agropecuária Ltda.

Em 20/02/2024, por meio do Despacho nº 504/2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT. Em 29/03/2024, foi realizada Assembleia Geral da Horizontes Energia autorizando a transferência dos ativos da PCH Machado Mineiro para a Cemig GT.

Após a transferência da PCH Machado Mineiro para a Cemig GT, a Horizontes Energia S.A. não possui ativos e permanecerá ativa para ser utilizada em movimentações societárias futuras da sua controladora a qual irá suportá-la financeiramente caso sua geração de caixa seja insuficiente.

A Cemig, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 08 de julho de 2025.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativas nº 18.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);

- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 10 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 13 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 18 – Instrumentos financeiros e gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Essas alterações não impactaram materialmente as políticas contábeis já adotadas pela Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p> <p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”</p>
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	<p>As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado.</p> <p>Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.</p> <p>O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.</p> <p>A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2025
Alterações ao CPC 48 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos</p>	01/01/2026

Norma	Principais alterações	Início da vigência
	<p>patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	
<p>CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</p>	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. A norma será aplicada retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	<p>01/01/2027</p>
<p>IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</p>	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2027</p>
<p>CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e CPC 18 (R3) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto</p>	<p>Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração pois não possui investimentos e não realiza consolidação.</p>	<p>Ainda não definido</p>

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Contas Bancárias				41	167
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	98,0	99,0	-	103
Overnight	Pré-fixada	11,91 a 12,15	11,42 a 11,65	2.590	3.292
TOTAL				2.631	3.562

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	-	103 a 104,3	-	690
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	108,6 a 111,98	4.546	4.455
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	12,41 a 12,45	11,83 a 11,85	1.178	2.009
Debêntures	TR+CDI	TR + 1 a 122,90 CDI	TR + 1 a 118,69 CDI	81	74
				5.805	7.228
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	-	2.190	-
				7.995	7.228

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 18. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2024	2023
ICMS	6	13
PIS/PASEP	49	44
Cofins	228	202
IR	21	-
CSLL	8	-
	312	259
Circulante	6	46
Não circulante	306	213

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2024	2023
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	3.054	2.842
TOTAL	3.054	2.842

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		637	(243)	394	54.458	(47.898)	6.560
Custo histórico	4,93	637	(243)	394	54.458	(47.898)	6.560
Em curso		8	-	8	508	-	508
TOTAL		645	(243)	402	54.966	(47.898)	7.068

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Taxa anual de deprec.	Valor líquido em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Outros (C)	Transf. (D)	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C) + (D)	Deprec. 2024	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço		6.560	-	(5.638)	-	188	(5.450)	(716)	394
Reservatórios, barragens e adutoras	4,41	4.847	-	(4.451)	-	-	(4.451)	(396)	-
Terrenos, Edificações, obras civis e benfeitorias	5,22	409	-	(305)	-	-	(305)	(52)	52
Máquinas e equipamentos	5,09	1.304	-	(882)	-	188	(694)	(268)	342
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em curso		508	-	-	(312)	(188)	(312)	-	8
Total		7.068	-	(5.638)	(312)	-	(5.763)	(716)	402

	Taxa anual de deprec.	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Transf. Ativo Mantido para venda	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço		60.380	-	(735)	5.443	(10.630)	54.458	4.708	(47.898)	6.560
Reservatórios, barragens e adutoras	4,41	37.869	-	-	-	(2.065)	35.804	-	(30.956)	4.847
Terrenos, Edificações, obras civis e benfeitorias	5,22	4.219	-	-	-	(883)	3.336	-	(2.927)	409
Máquinas e equipamentos	5,09	18.266	-	(735)	5.443	(7.682)	15.292	4.708	(13.989)	1.304
Veículos	-	15	-	-	-	-	15	-	(15)	-
Móveis e utensílios	-	11	-	-	-	-	11	-	(11)	-
Em curso		4.393	1.844	-	(5.443)	(286)	508	(3.599)	-	508
Total		64.773	1.844	(735)	-	(10.916)	54.966	1.109	(47.898)	7.068

Ativo Mantido para Venda Em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Outros (C)	Valor Bruto em 31/12/2024
Terrenos	(57)	-	53	5	-
Reservatórios, barragens e adutoras	(2.273)	-	2.065	208	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(909)	-	830	79	-
Máquinas e equipamentos	(8.272)	-	7.682	590	-
Veículos	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
	(11.511)	-	10.630	882	-
Em Curso	(286)	-	(286)	-	-
Total	(11.797)	-	10.916	882	-

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2024, a taxa média de depreciação anual foi de 4,93% (4,68% em 2023).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

8. INTANGÍVEL

	2024			2023		
	Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Ativo da Concessão - GSF	-	-	-	130	(55)	75
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>130</u>	<u>(55)</u>	<u>75</u>

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2024
Em serviço	130	-	(130)	-
Ativos da concessão - GSF	130	-	(130)	-

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Transferência Ativo Mantido para venda	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023
Em serviço	130	-	-	130	(55)	75
Ativos da concessão - GSF	130	-	-	130	(55)	75
Em curso	-	405	(405)	-	-	-
	<u>130</u>	<u>405</u>	<u>(405)</u>	<u>130</u>	<u>(55)</u>	<u>75</u>

9. FORNECEDORES

	2024	2023
Materiais e Serviços	81	1350
Suprimento e Transporte de Energia	-	247
Outros	4	5
Total	85	1.602

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 18.

10. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$223 (R\$204 em 31 de dezembro de 2023) referente às ações de natureza trabalhista, em que discute sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais.
- R\$595 (R\$85 em 31 de dezembro de 2023) referentes aos danos materiais e morais em decorrência da inundação de terras de terceiros.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 não houve processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Em conformidade ao ICPC 22, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições

	2024	2023
Circulante		
PIS/Pasep, Cofins, ICMS e INSS	106	176
ISSQN	47	52
Outros	-	17
	152	245
Não circulante		
Cofins	479	479
PIS/Pasep	104	104
	583	583
	736	828

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$3.628 (R\$10.000 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 3.628.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (10.000.000 em 31 de dezembro de 2023), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão ("Cemig GT").

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas

A composição das contas de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2024	2023
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.852	7.852
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	1.728	7.126
	9.580	14.978

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até aos limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou nas reservas de lucros o montante de R\$1.728 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	16.491	14.252
Dividendos propostos		
Dividendos intermediários	14.763	7.126
Dividendos adicionais propostos	1.728	7.126
Total dos dividendos	16.491	14.252

d) Destinação do Resultado – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2025 que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$16.491, seja dada a seguinte destinação:

- R\$14.763 mil a título de dividendos intermediários pagos, contemplando o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$8.246 mil; e
- R\$1.728 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.126
Dividendos adicionais propostos ref. 2023	7.126
Pagamento de dividendos ref. 2023	(14.252)
Antecipação de dividendos obrigatórios ref. 2024	14.763
Pagamento de dividendos ref. 2024	(14.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

f) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023	7.126
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2023	7.126
Pagamento de dividendos intermediários ref. 2024	14.763
	29.015

13. RECEITA LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento bruto de energia elétrica	-	190
Suprimento bruto de energia elétrica	3.577	19.579
Transações com Energia na CCEE	5	835
Receita bruta de energia elétrica	3.582	20.604
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (a)	(131)	(806)
Receita operacional líquida	3.451	19.798

a) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2024	2023
Cofins	107	618
PIS/Pasep	23	134
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1	54
	131	806

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, para a situação destacada há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

14. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	84	2.086
Encargos de uso da rede básica de transmissão	46	167
	130	2.253

b) Custos e despesas

	Custos		Despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	-	83	66	298	66	381
Materiais	53	200	-	-	53	200
Serviços de terceiros (c)	489	3.842	86	258	575	4.100
Depreciação e amortização	419	2.038	-	-	419	2.038
Provisões operacionais	9	(980)	-	-	9	(980)
Outros custos/despesas	(9)	92	37	34	29	126
	961	5.275	189	590	1.151	5.865

c) Serviços de terceiros

	2024	2023
Convênio de operação e manutenção	156	472
Manutenção, Conservação e Instalação	109	2.491
Meio Ambiente	200	476
Consultoria	-	26
Comunicação	3	38
Publicações legais	-	3
Conservação e Limpeza de Prédios	22	67
Tecnologia da Informação	31	90
Auditoria Externa	33	31
Outros	21	401
Vigilância	-	4
TOTAL	575	4.099

d) Outras receitas

	2024	2023
Ganhos na alienação de ativos	18.409	-

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicação no mercado financeiro	3.286	4.100
Acréscimos moratórios em conta de energia	-	5
Variação monetária de depósitos vinculados a litígio	161	166
Acréscimos moratórios sobre Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida – TARD	6	523
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins	1	14
Outras	2	18
	3.456	4.826
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(24)	(15)
Outras despesas financeiras	(6)	(13)
	(30)	(28)
RESULTADO FINANCEIRO	3.426	4.798

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de Renda	(8)	85
Contribuição Social	99	83
	91	168

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda	176	65
Contribuição Social	55	22
	231	87

c) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	5.341	5.341
Percentual de Presunção	8%	12%
	427	641
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	2.701	2.701
Outras Receitas Financeiras	170	170
Ganho de capital na alienação de ativos	18409	18409
Base de Cálculo - Lucro Presumido	21.707	21.921
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	3.256	1973
Adicional 10% valor superior a R\$240	2147	-
Ajuste de período anterior - ECF	(3)	(1)
IR e CS - Lucro Presumido	5400	1972
Provisão Rendas Aplicações		
Rendas Aplicações		
Rendas Aplicações não resgatadas	586	586
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2024	146	53
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(1758)	(1758)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-141	-211
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	-35	-19
Amortização custos GSF	-5	-5
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	0	-1
Alíquota	25%	9%
Total	0	0
Corrente	5.399	1972
Diferido	111	34

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	20.396	20.396
Percentual de Presunção	8%	12%
	1.632	2.448
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	7.536	7.536
Outras Receitas Financeiras	710	710
Base de Cálculo - Lucro Presumido	9.878	10.694
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.482	962
Adicional 10% valor superior a R\$240	964	-
Ajuste de período anterior - ECF	(15)	(5)
IR e CS - Lucro Presumido	2.431	957
Provisão Rendas Aplicações	7.536	7.536
Rendas Aplicações	(4.100)	(4.100)
Rendas Aplicações não resgatadas	3.436	3.436
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2023	859	309
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(208)	(208)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	17	25
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	(4)	(2)
Amortização custos GSF	22	22
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	2	3
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Corrente	2.431	957
Diferido	(855)	(307)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
	Operações com energia elétrica							
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(186)	(199)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	4.502	17.328	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
	Encargos							
Encargos de Transmissão								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(47)	(164)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
	Convênio de compartilhamento							
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	165	-	-	(85)	(491)
Convênio de Compartilhamento O&M	-	-	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	30	76	-	-	-	(824)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-		7.126	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.590	3.293	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.805	7.228	-	-	893	304	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	2.190	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado em 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	27	54
Participação nos resultados	7	12
Previdência Privada	-	2
Total (1)	34	68

1. A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e Revendedores	2	-	-	1.908	1.908
Depósitos judiciais e cauções		3.054	3.054	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	2	2.271	2.271	-	-
		5.325	5.325	1.908	1.908
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.589	2.589	3.395	3.395
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	-	-	690	690
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	4.546	4.546	4.455	4.455
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.178	1.178	2.009	2.009
Debêntures	2	-	-	74	74
		8.313	8.313	10.623	10.623
		13.638	13.638	12.531	12.531

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(85)	(85)	(1.602)	(1.602)
Passivo de Arrendamento	2	(322)	(322)	(412)	(412)
		(407)	(407)	(2.014)	(2.014)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	85	-	-	-	-	85
Passivo de Arrendamento	4	8	30	168	256	466
TOTAL	89	8	30	168	256	551

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e permissionários de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

19. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Em 17 de março de 2023, foi publicado edital para realização de leilão público visando à alienação de 3 PCHs/CGHs, listadas abaixo.

Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 13 de setembro de 2023, a Horizontes, assinou o Contrato de Compra e Venda de Ativos (“CCVA”) com a Mang Participações e Agropecuária LTDA (“MANG”), vencedora do leilão.

A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. O valor recebido pela venda foi de R\$30 milhões, tendo a Companhia um ganho de R\$18 milhões.

A presente alienação está em linha com as diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

Política contábil

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial.

Estimativas e julgamentos

São mensurados inicialmente pela menor quantia entre o valor contábil e o valor justo (calculado pelo método do fluxo de caixa descontado) líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Para os casos em que a venda é realizada por meio de leilão, após sua realização a Companhia considera o valor do lance ganhador como sendo o valor justo, por se tratar do valor que efetivamente será recebido pela venda dos ativos após os trâmites legais.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Horizontes Energia S.A. Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Horizontes Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Horizontes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que as atividades operacionais da Companhia estão paralisadas desde a alienação ou transferência de suas usinas, e a retomada das operações carece da finalização dos planos futuros que a Administração possui para esta Companhia e que a geração de caixa da Companhia depende do suporte financeiro da sua controladora. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

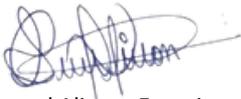
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Horizontes Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025.

Eduardo José de Souza, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro Fiscal